

CURSO	DISCIPLINA	PROFESSORA	DATA	MENÇÃO	CIENTE
3º B5	Língua Portuguesa, Literatura	Renata Fernandes	09/01/24	M.B.	Melissa Gêner
NOME ALUNO (A): Melissa Domingues Gêner					Ano/Módulo:

Bases Tecnológicas	Habilidades Trabalhadas	Crítérios de Desempenho
Texto Dissertativo- Argumentativo	Interpretação textual com base em reflexões;	Assunto, Estilo e Gramática

ITENS QUE SERÃO AVALIADOS	
I- ASSUNTO	1- Conhecimento do assunto; 2- Seleção de ideias em função do tema; 3- Coerência das ideias dentro do contexto;
II- ESTILO	1- Clareza, propriedade, precisão; 2- Criatividade;
III- GRAMÁTICA	1- Ortografia; 2- Pontuação; 3- Morfologia

Observações:

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

ETEC Rodrigues de Abreu

Língua Portuguesa

Produção Textual: Texto Dissertativo- Argumentativo

Apresento a proposta de produção de texto Dissertativo Argumentativo:

A partir das reflexões e leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Material de Apoio: Textos

Bom Trabalho!
Renata Fernandes

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros?

Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação. São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si. Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece “alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza”, diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado)

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil

Estados com a maior concentração de famílias



Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021 Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os viventes da Terra! Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameaçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios. Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza. Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir. Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Coiab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://s3.amazonaws.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

Título: Luta Indígena.

Os povos originários, desde o descobrimento, sofrem com a desvalorização e invalidação de sua cultura e suas crenças. Com a chegada dos europeus, os povos "Tradicionais" foram, com o tempo, se tornando maioria, reprimindo e ofuscando os grupos que já existiam e sobreviviam nas Terras Brasileiras.

Dentro da legislação, não oficialmente reconhecidas apenas 26 de várias outras populações, que permanecem sem atenção do Estado. Geralmente são encontrados habitando áreas preservadas, no Norte, no Nordeste e Centro-oeste do país. Essas comunidades compartilham de uma mesma característica: reconhecem a natureza como uma mãe.

Com isso, constroem uma relação saudável de "Trabalho de Juntos": os ocupadores se responsabilizam pela preservação, respeito ao tempo de regeneração e extração consciente de sua matéria; enquanto a natureza se dá um bom lugar para viver, alimento, água e materiais que podem ser utilizados para comércio.

Deve ser função Estatal proteger e garantir que a cultura e as áreas ocupadas sejam fortemente fiscalizadas e preservadas. Por isso, no dia 7 de fevereiro de 2017 foi entrado em vigor o Decreto nº 6.040 que visa reconhecer legalmente a cultura, a extração, as atividades e a maneira de viver dos povos.

Com isso, o Estado deve, por meio de políticas públicas, conscientizar a população sobre a importância de reconhecer e respeitar suas crenças e histórias. É importante que os brasileiros saibam das lutas e do esforço que foi necessária para que pudessem alcançar seus direitos. Direitos esses que são responsáveis pela não extinção dos povos originários, já que esses, enfrentaram muitas dificuldades para sobreviver até os dias de hoje.

Título: Luta Indígena.

Os povos originários, desde o descobrimento, sofrem com a desvalorização e invalidação de sua cultura e suas crenças. Com a chegada dos europeus, os povos "tradicionais" foram, com o tempo, se tornando maioria, reprimindo e ofuscando os grupos que já existiam e sobreviviam nas terras brasileiras.

Dentro da legislação, são oficialmente reconhecidos apenas 26 de várias outras populações, que permanecem sem atenção do Estado. Geralmente são encontrados habitando áreas preservadas, no Norte, no Nordeste e Centro-oeste do país. Essas comunidades compartilham de uma mesma característica: reconhecem a natureza como uma mãe.

Com isso, constroem uma relação saudável de "Trança de Jure": os ocupadores se responsabilizam pela preservação, respeito ao Tempo de regeneração e extração consciente de sua matéria; enquanto a natureza cede um bom lugar para viver, alimento, água e materiais que podem ser utilizados para comércio.

Deve ser função Estatal proteger e garantir que a cultura e as áreas ocupadas sejam fortemente fiscalizadas e preservadas. Por isso, no dia 7 de fevereiro de 2017 foi criado em vigor o Decreto nº 6.040 que visa reconhecer legalmente a cultura, a extração, as atividades e a maneira de viver dos povos.

Com isso, o Estado deve, por meio de políticas públicas, conscientizar a população sobre a importância de reconhecer e respeitar suas crenças e histórias. É importante que os brasileiros saibam das lutas e do esforço que foi necessário para que pudessem alcançar seus direitos. Direitos esses que são responsáveis pela não extinção dos povos originários, já que esses, enfrentaram muitas dificuldades para sobreviver até os dias de hoje.